

Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?

Rosimina Ali

Introdução

Há um interesse em discussões sobre trabalho assalariado rural depois de longos períodos de se considerar a sua ausência em dinâmicas de pobreza e desenvolvimento rural em África. Entretanto, a forma como esta questão tem sido, convencionalmente, analisada em Moçambique tem se revelado ainda limitada para a abordar coerentemente.

De uma análise do debate actual e da literatura sobre formas de trabalho prevalentes nas áreas rurais de Moçambique verifica-se uma contradição em relação à importância do trabalho assalariado. Por um lado, a incidência do trabalho assalariado rural é indicada como marginal reflectindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado por produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente de trabalho familiar assumido fora do mercado de trabalho (GdM, 2011; World Bank, 2012). Assim, o trabalho assalariado rural é dado pouca importância. Os documentos de política pública, por exemplo, o PARP¹ e o recente Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019² estão subjacentes a esta literatura que tem, em grande medida, as suas análises baseadas em informação de inquéritos oficiais de grande escala. Por outro lado, o trabalho assalariado rural desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas múltiplas e precárias é considerado predominante e relevante nas zonas rurais de Moçambique (Sender, Oya & Cramer, 2007; O’Laughlin & Wuyts, 2012; Castel-Branco, 1995; Massingarella, Nhate & Oya, 2005). Maior parte desta evidência é suportada por estudos de campo que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural.

Perante este cenário, parece crucial investigar esta contradição para perceber o que de facto está a acontecer. O interesse em uma análise mais aprofundada da questão é

1 Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

2 Nos últimos anos, o Governo optou por não produzir outro PARPA, tendo decidido manter os objectivos ligados à redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo do País, directamente, no PQG (GdM, 2016).

reforçado, seguindo uma abordagem de economia política, ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e que os mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações, relações sociais, oportunidades, condições de reprodução social e de capital, de estabilidade e de redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. Analisar as variadas formas e condições sociais de trabalho, e as suas relações, em contextos históricos específicos de acumulação, é fundamental para entender a integração dos mercados de trabalho no sistema de acumulação de capital, seu papel, importância e implicações. Daqui questiona-se porque os Mercados de Trabalho Rurais (MTR) são ignorados nas intenções de política pública em Moçambique. Este conhecimento tem implicações para a formulação, orientação e efectividade de políticas públicas que podem ser comprometidas pela negligência de padrões rurais reais importantes para o modo de vida da população em ligação com o modo de acumulação dominante em Moçambique. O artigo argumenta que o método de análise (abordagem analítica e metodologia de tratamento da informação) subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais onde específicas formas de trabalho acontecem e se desenvolvem, importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique. Daqui, este artigo, ao considerar os distintos métodos de análise, discute como é que o ponto de partida e/ou a forma como olhamos para a economia pode inibir a percepção da realidade, neste caso, dos MTR, e implicar a sua negligência.

O presente artigo está organizado em cinco secções. Para além da primeira, que contempla esta nota introdutória, a segunda secção enquadra as diferentes visões sobre as áreas rurais nos debates da actualidade, que possibilitam um panorama dos distintos quadros de análise a que a natureza do emprego rural está subjacente. A terceira secção analisa as evidências à luz de informação que permite inferir sobre a importância (ou não) dos MTR em Moçambique. A quarta secção reflecte sobre as lacunas nas evidências sobre os MTR fornecidas pelas estatísticas oficiais e avança alternativas de como as enfrentar. A última secção discute as implicações da negligência dos MTR para o entendimento da pobreza e possibilidades de acumulação nas áreas rurais de Moçambique e equaciona as conclusões.

Visões diferentes sobre as áreas rurais nos debates actuais

A análise da relevância ou da negligência do trabalho assalariado rural levanta interesse para a consideração sobre como o meio rural é visto de modo a perceber o que, de facto, está a acontecer na realidade. As áreas rurais de Moçambique continuam a albergar a maioria (cerca de 70%) da população total³ do país e registam altos níveis de

3 Segundo o Censo da População de 2007, a população moçambicana é de 20.632.434 de habitantes (INE, 2009).

pobreza⁴ monetária, com enfoque sobre o consumo, no país, sendo de 50,1% segundo as estimativas oficiais mais recentes baseadas no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/2015 (INE, 2016; GdM, 2011). Duas maneiras distintas de tratar o meio rural são consideradas, nomeadamente: (i) economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar e (ii) economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais.

Economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar

Uma visão dualista sobre economias em desenvolvimento parece dominar esta posição da literatura sob perspectiva de que a economia rural moçambicana está dividida entre dois sectores: tradicional (pré-capitalista) e moderno (capitalista) (O’Laughlin, 1996; O’Laughlin & Wuyts, 2012). Assume-se que a força de trabalho rural está ligada a um sector tradicional assente em uma agricultura de subsistência dependente de mão-de-obra familiar que não participa sistematicamente no mercado onde a maioria é considerada pobre. As firmas e plantações comerciais de grande escala, incluindo associações e concessões de produtores integrados, englobam-se no sector considerado moderno. Praticamente nenhuma referência é feita ao trabalho assalariado rural, em especial agrícola, e sua relação com outras formas de trabalho indirectamente ou informalmente subordinadas ao capital, como é o caso da agricultura familiar, ao pressupor que a força laboral rural está fora do mercado de trabalho. O trabalho remunerado ‘formal’ é considerado integrado nos mercados de trabalho enquanto o trabalho familiar e não remunerado é visto como não incluído (World Bank, 2012; GdM, 2011; GdM 2015). Sob esta visão estão assentes vários documentos de política⁵ nacional e abordagens convencionais implícitas nas intenções nacionais de desenvolvimento e de redução de pobreza. Este é o caso do PARP 2011-2014, do relatório publicado pelo Banco Mundial sobre emprego (WDR 2013)⁶ e do PQG 2015-2019, todos eles baseados na informação proveniente do convencional Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF).

Em países como Moçambique em que a maior parte da população vive nas zonas rurais, o trabalho assalariado não é considerado a forma predominante de trabalho. Estima-se que mais de 80% do emprego rural em Moçambique seja desenvolvido na agricultura ainda que a contribuição deste sector no PIB seja de apenas 30% (World Bank, 2012). Grande parte da força laboral rural é considerada ‘camponês, ainda que o reconhecimento de actividades não-agrícolas tenha intensificado. A maior parte das actividades não-agrícolas são consideradas como sendo desempenhadas em auto-emprego e aqueles ligados ao trabalho assalariado não-agrícola são, geralmente,

4 A linha de pobreza média a nível nacional é 26,7 Meticais por pessoa por dia (INE, 2016).

5 Que são ‘quadros institucionais formais de negociação ou que emergem da negociação entre grupos de interesse e pressões económicas’ (Castel-Branco, 2012).

6 World Development Report 2013.

considerados 'não pobre'. Moçambique tem sido considerado uma economia agrária onde a maioria dos trabalhadores agrícolas são indicados como pequenos camponeses com limitado acesso a tecnologia e serviços de extensão. Os rendimentos da agricultura são mais baixos que de outros sectores considerados mais produtivos como serviços e indústria (World Bank, 2012).

Perante este panorama, os agregados familiares (adiante referido AF) rurais são equacionados como se fossem um grupo homogéneo, isolado e estático com pouca estratificação entre eles. Entretanto, algumas contradições e questões emergem. Será realístico considerar que toda a população rural é meramente 'camponês', será que há uma homogeneidade nas actividades desempenhadas e nas características das famílias rurais em contexto de focos de acumulação regionais distintos, se esta população tem oportunidades limitadas de onde vem os recursos para financiar a referida pequena produção de subsistência, será possível desenvolver esta actividade contando apenas com mão-de-obra familiar, será que o mero envolvimento em agricultura para subsistência permite satisfazer despesas de serviços básicos não alimentares como saúde e educação, será que esta camada da população produz tudo o que consome.

Economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho

O método de análise assente nesta visão sugere que a economia rural se encontra orgânica e estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais. Os mercados de trabalho são estruturalmente formados, reproduzidos e transformados de forma diferenciada e complexa dependendo do contexto específico em que interagem distintas relações socioeconómicas (Fine, 1998). As zonas rurais da economia de Moçambique são indicadas como um forte alicerce da base de acumulação de capital no país. Historicamente, a racionalidade do processo de produção em África esteve ligada aos processos estruturais de acumulação de capital que afiguram-se associados aos processos de proletarização (Sender & Smith, 1986; O'Laughlin, 2001). No período colonial, o modo de acumulação dominante esteve assente na expropriação do campesinato (principalmente o pobre e médio) de quem dependia grande parte das exportações do país em excedentes agrícolas de culturas de rendimento (como tabaco, algodão, açúcar, chá, sisal, caju entre outras). Este campesinato fornecia força de trabalho barata e permitia a reprodução da mesma força de trabalho conseguida abaixo do custo social de reprodução num contexto de padrões regionais diferenciados (no Sul, como reserva de mão-de-obra para as minas na África de Sul; no Centro, dedicando-se à economia de plantação; e, no Norte, como produtor de mercadorias (O'Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1994, 1995; Wuyts, 1978). A agricultura familiar e o trabalho assalariado financiam-se mutuamente pelo que, dada a dependência em rendimentos monetários para a consolidação do campesinato, este suportava os custos da sua reprodução. Esta forte dependência em Moçambique do padrão de acumulação

no campesinato, adquirido do período colonial, com fracas ligações internas (como exemplo, a economia moçambicana especializada na produção de produtos primários não processados para exportação) e o modo de organização social da produção e do trabalho, de um grupo fragmentado de camponeses, parece ter-se mantido após a independência.

Desde finais da década de 1990 até aos dias de hoje, como indicado por Castel-Branco (2010), a natureza extractiva do padrão de acumulação da economia de Moçambique tem-se vindo a fortificar num contexto de exportação de produtos primários com pouco processamento, com o aparecimento de mega-projectos com investimentos direccionados para a exploração de actividades de extracção e infra-estruturas ligadas a esta exploração, com poucas ligações na economia (não descurando a falta de ligações fiscais) e desarticulação com a base produtiva. Como evidenciado em Castel-Branco (2010) a economia moçambicana é uma economia extractiva onde o investimento é concentrado em actividades produtivas, serviços e infra-estruturas com natureza extractiva. Há uma expansão da concentração da produção industrial à volta da exportação de produtos primários com pouco processamento (como carvão, madeiras, algodão descaroçado, sisal, gás natural, chá folha, açúcar não refinado, tabaco, sisal, castanha de caju não processada, camarão, energia hidroeléctrica, alumínio), e uma alta dependência no consumo de produtos processados importados. Daqui, como Castel-Branco (2010) avança, a economia moçambicana apresenta uma natureza extractiva e porosa, na medida em que a absorção da riqueza gerada é limitada. Este facto parece ser inconsistente com a ideia de uma economia rural dependente de agricultura familiar de subsistência mas consistente com o padrão de acumulação dominante em Moçambique na medida em que as famílias mostram-se incapazes de produzir grande parte do que necessitam para subsistência (como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, bicicletas). A questão que surge é como é que estas famílias rurais vêm canalizando os seus recursos financeiros. Dentro deste aparato, como indicado por alguns estudos, a organização social da produção familiar foi, historicamente, influenciada pelos interesses do capital e suas relações capitalistas. Devido a uma série de bloqueios como as condições de reprodução social da força de trabalho, o campesinato, diferenciado e com uma frágil estrutura de organização, vê-se estruturalmente integrado a trabalho assalariado (Castel-Branco, 1984, 1995; CEA, 1982a, 1982b; Bowen, 2000). Levantam-se ainda outras questões. Como é que dinâmicas de acumulação, industrialização e proletarianização se relacionam (e que implicações colocam à organização social de produção), como é que as relações de produção, distribuição e reprodução se interligam no contexto do modo de acumulação dominante, como se relacionam a produtividade das firmas com a da força laboral, em que condições é desenvolvido o trabalho assalariado, como são aplicados os fundos financeiros obtidos dos salários pelas famílias.

A literatura aponta para uma maioria de agregados familiares rurais com padrões de sobrevivência diversificados, envolvidos em uma multiplicidade de actividades que incluem trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques (Cramer, Oya & Sender, 2008; Castel-Branco, Massingue & Ali, 2009). O’Laughlin (2001) sugere que desde meados dos anos 80 que não se verifica uma separação entre produção de subsistência e trabalho assalariado (local ou migratório) mas membros de AF rurais que combinam produção de comida com diversas fontes de rendimento como exemplo trabalho assalariado casual, receptor de remessas e pensões, venda de gado, entre outras. Alguns estudiosos apontam que, historicamente, os rendimentos salariais monetários para além de fazerem face as necessidades de subsistência, despesas de serviços sociais básicos (como saúde e educação) e financiamento da construção de habitação, por exemplo, são uma base importante para o investimento na produção familiar através da aquisição de meios de produção (bombas e cisternas de água, implementos agrícolas, etc.) e podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos ao invés de depender do seu consumo corrente (O’Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1983a, 1983b). Similarmente, os rendimentos salariais em espécie podem permitir ‘libertar’ a produção do campesinato para o mercado. É de salientar, a presença de diferenciação do campesinato (pobre, médio e rico), com maior intensidade no sul, quer no período colonial como actualmente, com oportunidades de acumulação distintas. Neste contexto, os pequenos comerciantes rurais desde a época colonial desempenharam um factor central no processo de organização e reprodução da agricultura familiar, em especial para os grupos mais carenciados por via, por exemplo, das ligações da cidade ao campo, da ligação do camponês a plantação.

Ademais, os fundos salariais podem permitir base de acumulação para prevenção de choques como: quebras no sustento dos AF (funerais, doenças, propinas e outras despesas de consumo inesperadas), quebras de mercado, aumento dos preços de insumos ou transporte, fonte de investimento em actividades alternativas, ajuste a crises locais ou conflitos sobre recursos, entre outros choques (Castel-Branco, 1983a; O’Laughlin & Ibraimo, 2013). A explicação subjacente a este método analítico parece ser consistente com a realidade de algumas camadas moçambicanas pobres que se deslocam para terras menos produtivas em resultado da competição pela água e terra com projectos de agro-negócios, mineração, turismo, etc. e precisam de fundos para aquisição comercial de alimentos enquanto a possibilidade de fontes de rendimento alternativas não se consolidam (Castel-Branco & Mandlate, 2012).

Do panorama discutido, parece haver um *gap* de consistência entre o método de análise convencional em que os documentos de política têm se baseado e o que se verifica na realidade num quadro amplo do sistema social de acumulação em Moçambique.

Importância (ou não) dos MTR: o que a evidência revela?

A maneira como a informação é recolhida e tratada pode influenciar o entendimento sobre dinâmicas reais como a incidência e relevância (ou não) do trabalho assalariado rural. Duas fontes de informação são consideradas: (i) inquéritos oficiais de grande escala e (ii) estudos de campo. A primeira fonte de informação indica que a incidência do trabalho assalariado é marginal e este não é relevante nas zonas rurais de Moçambique enquanto a última fonte de informação aponta para uma predominância e importância de formas de trabalho assalariado rural (principalmente desenvolvidas em condições temporárias) no país.

A imagem mostrada pelas estatísticas oficiais

De acordo com uma série de estatísticas oficiais que recolhem informação sobre padrões e dinâmicas rurais incluindo características sobre emprego é indicado que a maioria da População Economicamente Activa, de 15 e mais anos (PEA)⁷ rural tem como actividade económica principal a agricultura, conforme ilustrado na Tabela 1. O remanescente da PEA rural (uma minoria) é indicada como ligada a uma outra 'actividade principal' como serviços, indústrias, transportes, construção, comércio ou outra.

Tabela 1: Percentagem da PEA que tem a agricultura como principal ocupação nas zonas rurais de Moçambique

IAF⁸ 2002/2003	93%
IFTRAB⁹ 2004/2005	93%
IOF¹⁰ 2008/2009	94%
Censo¹¹ 2007	89%
1º Trimestre INCAF¹² 2012/2013	88%

Fonte: INE, vários inquéritos e recenseamento geral da população e habitação de 2007

A informação sobre emprego em Moçambique tem, geralmente, sido captada de alguns módulos incluídos nos inquéritos oficiais com especial destaque para o IAF, IOF e INCAF, dada a falta de um inquérito contínuo oficial com foco sobre características de emprego que permita analisar os padrões e tendências associados ao mercado de trabalho. Isto permanece, ainda que recentemente tenha sido lançado o primeiro Boletim Informativo do Mercado do Trabalho 2015/2016, mas que é baseado no IOF,

7 População Economicamente Activa (de 15 e mais anos); 87% em Moçambique e 94% nas zonas rurais (INE, 2011).

8 Inquérito aos Agregados Familiares.

9 Inquérito Integrado à Força de Trabalho.

10 Inquérito aos Orçamentos Familiares.

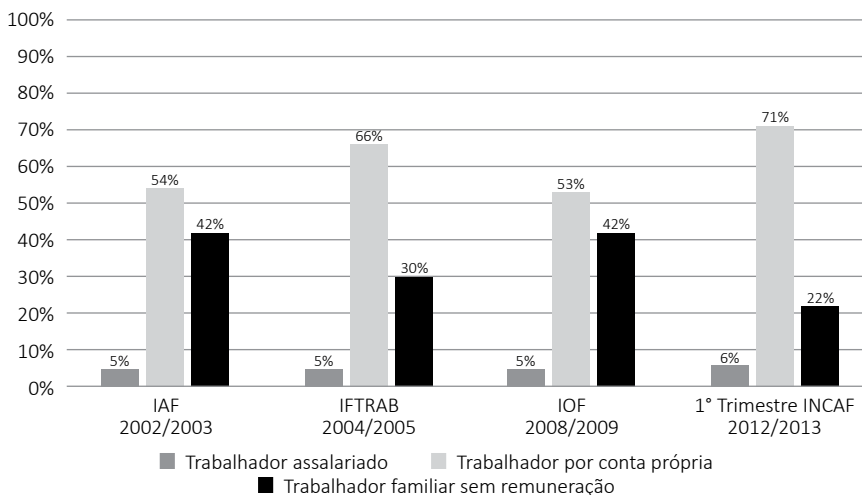
11 Recenseamento Geral da População e Habitação (adiante referenciado por Censo ou Recenseamento ou RGP).

12 Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares.

com o mesmo perfil conceptual e metodológico. O inquérito sobre força de trabalho IFTRAB 2004/2005 foi o ‘único’ que existiu até então. Entretanto, a metodologia seguida para recolha de informação sobre mercados de trabalho é similar à do IOF. A nível nacional, as estimativas do IFTRAB 2004/2005 revelam que a maioria da PEA desenvolve trabalho por conta própria e trabalho familiar sem remuneração (62% e 25%, respectivamente) e apenas cerca de 13% é assalariada. Em termos regionais, o Sul do país evidencia uma maior PEA em trabalho assalariado (27%) do que o Centro (10%) e o Norte (8%). Esta imagem do Sul do país pode reflectir o facto de, já há mais de um século, esta região ter como fonte de emprego dominante o trabalho migratório para a África do Sul.

No concernente às zonas rurais do país, os inquéritos oficiais IAF, IFTRAB, IOF e INCAF que são, convencionalmente, usados para analisar dinâmicas de emprego rural, reflectem uma imagem similar com respeito à situação ocupacional, onde a incidência do trabalho assalariado é mínima (apenas cerca de 5%) (INE, 2003, 2006, 2011, 2013). Este é indicado como pouco importante para a maior parte da população rural que, segundo estas estimativas, tem como formas de trabalho predominantes o trabalho por conta própria (maioritariamente desempenhado na agricultura) e trabalho familiar sem remuneração (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição percentual da PEA por situação ocupacional de trabalho nas zonas rurais, Moçambique



Fonte: INE, vários inquéritos oficiais aos orçamentos familiares (referenciados no gráfico)

Adicionalmente, o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 (adiante referenciado por censo ou recenseamento) sugere que o trabalho assalariado é raro no

seio da maioria da população rural que se revela ligada ao trabalho por conta-própria sem empregados e trabalho familiar sem remuneração. A pequena proporção da PEA ligada ao trabalho assalariado é maioritariamente masculina. As mulheres dominam formas de trabalho familiar sem remuneração e por conta-própria, sem empregados (Tabela 2) (INE, 2009).

Tabela 2: Distribuição percentual da situação ocupacional da PEA, por género, nas zonas rurais de Moçambique, Censo 2007

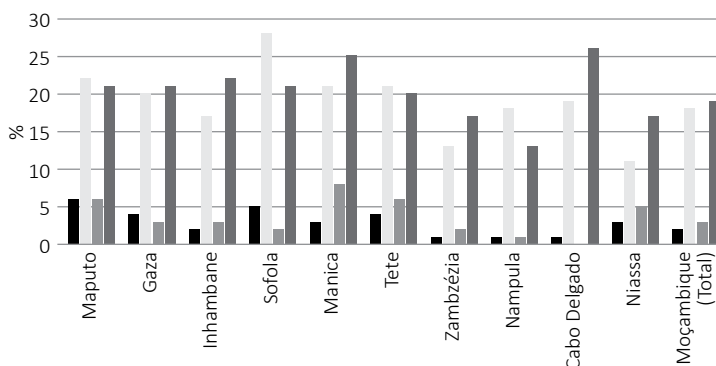
	Homem-Rural	Mulher-Rural	Rural-Total
Trabalhador assalariado	9%	2%	6%
Trabalhador por conta própria com empregados	2%	1%	1%
Trabalhador por conta própria sem empregados	77%	81%	79%
Trabalhador familiar sem remuneração	11%	15%	12%
Trabalhador em categoria desconhecida	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Estimativas da autora sobre os dados do Censo da População 2007 (INE 2009)

Comparativamente aos inquéritos oficiais referenciados, o inquérito oficial agrícola – Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA)¹³ – espelha uma incidência mais ampla do recrutamento de força de trabalho embora a percentagem de explorações agro-pecuárias (pequenas, médias e grandes) que contratam força de trabalho revela-se marginal. As pequenas e médias explorações são reveladas como a maioria no país. Os dados do TIA 2002, revelam que cerca de 40% dos empregadores das grandes explorações recrutaram força de trabalho assalariada temporária (para além da contratada a tempo inteiro). As pequenas e médias explorações utilizaram trabalhadores assalariados temporários (18% nas pequenas e 42% nas médias) e permanentes (3% no caso das pequenas e 31% nas médias) (Massingarella, Nhate & Oya, 2005). Os dados do TIA 2005 e TIA 2008 revelam, quer a nível nacional ou desagregados por províncias, que há uma utilização de mão-de-obra remunerada (tempo inteiro/permanente e temporária) que é recrutada fora do AF para actividades agro-pecuárias (INE, 2005, 2008). Entretanto, verifica-se uma diferenciação por províncias e nas formas de recrutamento onde as formas de trabalho temporárias são mais recrutadas (Gráfico 2).

¹³ O Trabalho de Inquérito Agrícola é um inquérito agro-pecuário que inclui módulos sobre o emprego. Tem a particularidade de recolher informação sobre o empregador (grandes, médias e pequenas explorações).

Gráfico 2: Recrutamento de força de trabalho assalariada pelas Pequenas e Médias Explorações (PME), Moçambique, TIA 2005 e TIA 2008



■ % PME que recrutaram trabalhadores permanentes TIA 2005	6	4	2	5	3	4	1	1	1	3	2
■ % PME que recrutaram trabalhadores temporários TIA 2005	22	20	17	28	21	21	13	18	19	11	18
■ % PME que recrutaram trabalhadores permanentes TIA 2008	6	3	3	2	8	6	2	1	0	5	3
■ % PME que recrutaram trabalhadores temporários TIA 2008	21	21	22	21	25	20	17	13	26	17	19

Fonte: Estimativas da autora sobre a base de dados do TIA 2005 e TIA 2008

Daqui, a imagem desta evidência reflecte uma economia rural de subsistência com a maioria da população com pouco recurso ao trabalho assalariado e predominância de auto-emprego (normalmente na agricultura) e de trabalho familiar não remunerado que é reflectida em alguns estudos sobre MTR que tem como base estas estimativas oficiais (Tschirley & Benfica, 2000; Jones & Tarp, 2012). Estas estimativas podem reflectir que padrões de emprego estão ocultos: ou por não serem predominantes (por influência do método de análise), ou pela limitada desagregação regional, ou, ainda, por possíveis erros de medição que inibem a qualidade dos dados (dada a sensibilidade de formas de trabalho temporárias) e resultam na sua subestimação.

Um olhar sobre os estudos de campo

A evidência resultante de uma série de estudos de campo contrasta as estatísticas oficiais apresentadas, ao revelar que os MTR são complexos e cruciais no contexto do padrão de acumulação dominante e modo de vida de uma grande parte das famílias rurais (tanto homens como mulheres e até mesmo crianças) em Moçambique. Esta evidência revela a predominância de uma interdependência de actividades onde o

trabalho assalariado, desenvolvido em formas casual e sazonal, destaca-se fundamental para a vida da maioria dos AF nas zonas rurais.

A pesquisa conduzida por Cramer, Oya & Sender (2008) baseada em um amplo Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho (MRLS 2002/2003¹⁴) nas províncias do centro e norte do país (Manica, Nampula e Zambézia) evidencia uma heterogeneidade nos padrões de vida e diversidade de ocupações ligadas ao trabalho assalariado (sobretudo em formas irregulares) de muitas famílias rurais (principalmente as de camadas mais pobres). Este estudo revela que os indivíduos rurais entrevistados se encontravam a trabalhar em uma variedade de ocupações de trabalho assalariado incluindo pequenas plantações, lojas de mercado, bares, barracas de mercado, grandes plantações de culturas para exportação (que empregam milhares de trabalhadores temporários). Esta evidência desafia a ideia apontada por Tschirley & Benfica (2000), suportada pelas estatísticas oficiais, de que o trabalho assalariado no Centro e Norte do país é mínimo e que é mais concentrado nas camadas de rendas mais altas.

Parecem existir poucos grupos de pessoas nas áreas rurais de Moçambique que dependam apenas da agricultura e auto-emprego para seus meios de vida. Estes afiguram-se envolvidos em um vasto e importante leque de formas de trabalho assalariado (sobretudo eventual e sazonal), em actividades quer agrícolas quer não-agrícolas e, muitas vezes, desenvolvidas em condições de trabalho precárias (Reardon, 1997). Este facto é também evidenciado no Sul de Moçambique, tendo como exemplo o caso dos trabalhadores assalariados agrícolas sazonais da Açucareira de Xinavane que são remunerados a níveis salariais baixos e recorrem a fontes de rendimento alternativas complementares em formas de trabalho assalariado (quer agrícola quer não-agrícola) (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Uma questão que surge é porquê mesmo auferindo salários a um nível abaixo da sua subsistência, estes trabalhadores continuam a procura (destas) e envolvidos nestas formas de trabalho instáveis. Outra questão poderia ser porque é que os empregadores são resistentes em formas de trabalho eventuais e sazonais. De acordo com este estudo do lado do empregador parece estar a referência ao absentismo e limitações na finalização das tarefas por parte dos trabalhadores entre outros aspectos de produtividade do trabalho. Todavia, a questão subjacente aos interesses e conflitos laborais permanece, ao considerar que este contexto é dominado por relações de trabalho específicas dentro de um processo de produção em que os salários mesmo heterogéneos são pagos abaixo do custo social da reprodução dos trabalhadores. Estes trabalhadores encontram-se, muitas vezes, em situações de privação, com baixos níveis de educação ou se com algum nível tem limitadas oportunidades de emprego (acentuada oferta de trabalho; em geral procuram múltiplas oportunidades de MTR para sobreviver). Ainda que a diferenciação de condições de trabalho possa variar de empregador para empregador,

14 Ou IMRT 2002/2003. Esta pesquisa foi baseada em uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

pode-se questionar se estes factores, *inter alia*, não conferem um fraco poder negocial aos trabalhadores que limita a negociação de melhores condições no local de trabalho.

Entretanto, como indica Amsden (2010) a necessidade de envolver-se em trabalho assalariado e a disponibilidade de oferta de trabalho em si não assegura a demanda de trabalho assalariado que precisa de ser estimulada. Na busca de oportunidades de emprego em mais dinâmicos MTR alguns grupos da população vê-se 'obrigados' a migrarem (interna - inter provincial e regional - ou internacionalmente) (Johnston, 2007; Standing, Sender & Weeks, 1996). Por exemplo, o MRLS 2002/2003 revela casos de necessidade da mobilidade de algum(ns) membros do AF para trabalho sazonal nas médias e grandes explorações onde esteja a ocorrer uma colheita ou sacha. Um outro exemplo, é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar na Açucareira de Xinavane grande parte provenientes das províncias do centro do país (Manica, Zambézia, Sofala e Tete) que deslocam-se, alguns por desespero, do seu local de origem nos períodos de corte-de-cana regressando no fim da campanha (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). A maioria destes migrantes são homens jovens e frequentemente com alguma educação secundária que não conseguem oportunidades de emprego localmente.

No contexto da multiplicidade de actividades no seio dos agregados rurais é evidenciada uma influência de uma base variada e diferenciada de diversos membros do AF. Por exemplo, a pesquisa de O'Laughlin & Ibraimo (2013) indica que as mulheres e crianças, que estavam em agregados sem rendimentos provenientes de trabalho na açucareira de Xinavane revelaram desempenhar trabalho para vizinhos e familiares localmente em troca de remuneração em forma de alimentos. Deste estudo pode-se verificar igualmente a dependência de alguns agregados rurais, onde estão incluídos idosos, nas remessas de migrantes a trabalhar na África do Sul. Ademais, algumas mulheres e filhos mais velhos em agregados rurais no posto administrativo de Machubo, no Sul do país, que tem o chefe de família em trabalho migratório na África do Sul, encontram-se a desempenhar trabalho sazonal contudo há uma heterogeneidade nas oportunidades entre estas e aquelas esposas de trabalhadores assalariados a trabalhar em Maputo (Castel-Branco, 1983b). Os idosos e alguns adolescentes que têm maiores dificuldades de deslocarem-se às plantações revelam-se, de acordo com uma pesquisa sobre 'plantações de chá e economia camponesa na Alta Zambézia', envolvidos em trabalho assalariado eventual (*ganho-ganho*) dentro da agricultura familiar entre camponeses da região em troca de remuneração em dinheiro ou espécie (cadernos escolares, comida, petróleo, etc.) (CEA, 1982c). Adicionalmente, Sender & Oya (2007) na pesquisa sobre MTR no centro e norte do país indicam um alto peso de mulheres divorciadas/separadas ou viúvas no trabalho assalariado agrícola facto este que é subestimado nas estatísticas oficiais. Das histórias de vida destas mulheres é indicado que o trabalho assalariado ainda que em formas temporárias é um recurso vital para estas mulheres que, muitas vezes, encontram-se em desespero e

tendo que sustentar os seus filhos para além de si próprias. Ademais, os trabalhadores assalariados agrícolas, revelaram que uma proporção muito assinalável dos membros dos seus AF participa no MTR mesmo que em formas irregulares.

A emergência do trabalho assalariado rural tem estado associada a processos socioeconómicos de diferenciação e de focos de acumulação distintos e consequentemente ao surgimento de grupos fragmentados e desigualdades de oportunidades entre regiões e ao longo do tempo (Oya, 2010b; Castel-Branco, 2010). Os AF são estruturalmente diferenciados e segundo Oya (2010b) os grupos menos pobres geralmente contém um maior número de membros com acesso à empregos com maior regularidade e fontes de renda mais estáveis do que as camadas mais pobres. Os AF rurais para além de serem diferenciados, variam com o tempo e de região para região. As fases diferentes do desenvolvimento do AF podem, por um lado, negligenciar a sua importância e por outro, permitir (ou não) um fundo de acumulação para outros membros do AF. Por exemplo, com o tempo os AF podem alterar devido a migração, que poderá influenciar diferentemente os investimentos (em produção ou outro) dos AF rurais durante a ausência do migrante e no seu retorno definitivo. Isto pode dificultar a visualização da dependência do campesinato ao trabalho assalariado (O'Laughlin, 1981).

Da análise das distintas fontes de informação apresentadas nesta secção, parece que formas de trabalho assalariado rural são predominantes e importantes no contexto do sistema social de acumulação dominante em Moçambique embora estas tem sido negligenciadas no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais. É questionada a metodologia convencional recorrida ao constatar uma contradição sobre a realidade não explicada por esta.

Porquê as lacunas na evidência e como enfrentá-las?

Informação estatística (quantitativa e qualitativa) sobre MTR é central para o entendimento de dinâmicas socioeconómicas. No entanto, o método analítico e de recolha de dados pode afectar tanto as estatísticas como a pesquisa colocando em causa a análise de ligações entre MTR, pobreza e desenvolvimento (Fosu, Mwabu & Thorbecke, 2009). Esta secção discute algumas interrogações e suspeita de problemas metodológicos suscitados pela negligência de padrões de MTR no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais (IOF, IAF, INCAF, IFTRAB, Censo, TIA e recentemente o Boletim Informativo do Mercado de Trabalho,¹⁵ que se baseia no IOF) pela reflexão de possíveis lacunas e alternativas. Isto é discutido em três vertentes, nomeadamente a interligação entre o método de análise e os questionários, a ausência de um inquérito focado em MTR e problemas conceptuais e metodológicos nos módulos sobre emprego nos convencionais inquéritos oficiais utilizados.

¹⁵ Espera-se que este boletim seja informativo sobre o Mercado de trabalho e publicado periodicamente.

Primeira vertente, o quadro analítico em que está assente o inquérito usado pode influenciar o tipo de questões que se pretende responder e pode limitar a resposta que esta informação pode fornecer a outras questões. Por exemplo, as evidências analisadas parecem indicar uma ligação entre a abordagem analítica e o método de recolha de informação. A questão que surge é como é que estes dois aspectos se interligam. Os dados oficiais parecem reflectir o método de análise convencional assente em uma visão dualista de economia rural de subsistência onde a incidência do trabalho assalariado rural (mesmo temporário) é marginal. Os estudos de campo ao investigar os padrões de MTR num quadro amplo do sistema social de acumulação dominante revelam uma predominância de heterogéneas formas de trabalho assalariado rural (sobretudo casual e sazonal), muitas vezes desenvolvido em condições precárias que são consistentes com a natureza extractiva do padrão de acumulação dominante. O método analítico convencional e de tratamento de estatísticas oficiais afigura-se isolar características de emprego do sistema social de acumulação em que os complexos MTR se estruturam e desenvolvem, importantes para o modo de vida dos AF rurais.

Um exemplo é a questão de pesquisa contida nos inquéritos oficiais (entre outras discutidas na terceira vertente desta secção) estruturada de uma forma que restringe, por exemplo, a ‘hipótese’ de as famílias rurais estarem ligadas a múltiplos e diversificados MTR. Ou seja, somente duas opções relativas ao tipo de actividade desempenhada - ‘actividade principal ou secundária’ – nos últimos sete dias são incluídas nos inquéritos oficiais (com centralidade na primeira), podendo implicar uma má interpretação da questão e que a maioria dos respondentes reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre e a auto-classifique como exemplo ‘trabalho na machamba’ por ser a mais regular embora possa não ser a única ou possa estar a ser desenvolvida num contexto em combinação com fontes irregulares de trabalho assalariado rural. Este facto, revela-se inconsistente com a realidade moçambicana evidenciada de interdependência de actividades com trabalho assalariado e não é explicada por esta abordagem. Este conflito chama atenção para a necessidade de uma abordagem ‘*think outside the box*’ ampla que permita analisar dinâmicas de MTR com base na realidade histórica, socioeconómica, política e institucional no quadro do sistema social de acumulação para perceber os padrões, conflitos e interesses específicos.

Segunda vertente, a falta de um inquérito contínuo focado em padrões e dinâmicas amplas de MTR em Moçambique. A literatura tem indicado que a ausência de um inquérito sobre MTR pode condicionar o tipo de informação recolhida (Lachaud, 1994; Cramer, Oya & Sender, 2008). Sendo o IFTRAB 2004/2005 o único inquérito focado em características sobre emprego em Moçambique que existiu este não permite analisar processos de mudanças para além de ter algumas inconsistências nos módulos de emprego rural (discutidas na terceira vertente desta secção) que afiguram-se limitados para estudar a complexidade das dinâmicas laborais. Sendo assim, a

necessidade de um inquérito direccionado a captar informação sobre MTR representa um dos lados da preocupação sendo o outro a necessidade da sua consistência; não dissociada da estrutura da economia moçambicana em que os MTR se desenvolvem. Neste contexto, dado que pesquisas sobre MTR em Moçambique tem sido maioritariamente baseadas nos IOF, que por serem focados na colecta de informação sobre o AF para estimativas de pobreza como o consumo, possuem módulos restritos sobre emprego e limitam uma análise aprofundada sobre padrões e dinâmicas rurais locais. Daqui, emergem algumas questões. Porquê não unir a reconhecida cobertura e representatividade que as estatísticas oficiais têm com a consistência de questões amplas sobre MTR a semelhança de métodos mais rigorosos como os do IMRT (combinação de métodos quantitativos e qualitativos que incluem algumas histórias de vida). Porquê não ‘investir’ em um IFTRAB mais consolidado e consistente com dinâmicas reais de MTR?

Terceira vertente, informação sobre MTR não captada de forma ampla e consistente nos inquéritos e censos convencionais.¹⁶ A maneira como a informação é tratada desde a concepção dos inquéritos a sua interpretação afigura-se crucial para assegurar a qualidade dos dados e o entendimento da realidade (Ali, Ossemame & Massingue, 2009). Uma série de fragilidades metodológicas e conceptuais nos inquéritos oficiais que explicam porquê formas de trabalho assalariado rural são negligenciadas e reflexões alternativas são avançadas.

Um primeiro ponto a considerar é o *design* do inquérito em termos de detalhe dos questionários (curto *vs.* detalhado) e a escolha do respondente (relato próprio *vs.* relato de um representante ou *proxy* do respondente) dado que diferentes tipos de inquéritos podem levar a diferentes resultados (Bardasi, Beegle & Dillon, 2010). Por exemplo, os módulos curtos sobre emprego tanto no IAF, IOF, IFTRAB, INCAF como no Censo ao perguntar sobre a ‘actividade principal’ na semana de referência que refere-se aos últimos sete dias (invés de perguntar nos últimos doze meses também) podem levar a uma inadequada interpretação da questão. Por conseguinte, as estatísticas podem ser mal reportadas levando a uma subestimação e negligência de diversificadas formas de trabalho assalariado rural desenvolvidas em formas irregulares e precárias (difíceis de captar) que estão para além da convencional dicotomia formal-informal nos mercados de trabalho. Este é o caso de formas de trabalho assalariado rural temporárias como a casualidade (por exemplo os ‘biscatos’ e ‘ganho-ganho’) e a sazonalidade que tem uma alta variabilidade de grupo para grupo, zonas, época do ano, etc. Isto pode levar a que muitos trabalhadores assalariados (homens e particularmente mulheres) sejam prováveis de ser automaticamente classificados como ‘trabalhadores por conta-própria’ ou ‘trabalhadores familiares sem remuneração’. Os trabalhadores eventuais e sazonais que tem ‘machamba’ própria geralmente não aparecem nas estatísticas oficiais

16 Discussão baseada na análise dos questionários dos inquéritos e censo oficiais em questão (INE, vários).

porque, como indicam Massingarella, Nhate & Oya (2005), são classificados como camponeses dado que normalmente o trabalho na ‘machamba’ é o declarado como ‘actividade principal’ por terem estado a trabalhar nele com mais frequência incluindo na semana de referência pelo que as actividades remuneradas praticadas ‘fora da sua machamba’ dificilmente captada. Além disso, a existência de categorias exclusivas (invés de múltiplas opções) trata o trabalhador por conta própria e trabalhador assalariado como se fossem mutuamente exclusivos, não permitindo um *overlap* e complementaridade de actividades que se revelam dominantes em Moçambique. Ademais, informação baseada em um *proxy* do respondente pode omitir detalhes de características reais relevantes sobre as actividades que os membros do AF (como esposo, filho, pai, etc.) possam estar envolvidos e seu modo de vida ou sobre outro *focus group* que se pretende ter a informação (empregador, trabalhador, etc.). Verifica-se igualmente uma limitada estratificação por grupos etários. O trabalho assalariado infantil (com excepção do INCAF que desde 2012 incorpora este grupo etário) é também negligenciado não descurando a participação de alguns idosos nos MTR.

Um aspecto a ressaltar no concernente a problemas de interpretação é a ideia ou ‘preconceito’ que, geralmente, se tem sobre trabalho assalariado. Este é muitas vezes associado a formas regulares de trabalho, ‘economia formal’ e/ou zonas urbanas (consideradas estáveis), sendo que tendem a ser poucos os que se classificam com trabalhador assalariado/remunerado, em especial na agricultura. Ao se perguntar a um indivíduo que tem uma machamba sobre a ‘ocupação principal’ eventual ou sazonal parece inútil no sentido de que o carácter irregular dessa actividade raramente aparece como principal (Sender, Oya & Cramer, 2007). A abordagem comum de olhar para a economia como sendo dual e formada por dicotomias como, *inter alia*, formal vs informal, regulamentado vs não regulamentado, registado vs não registado também pode levar a negligência de MTR. Ademais, a possibilidade de recolha de dados não apenas aos trabalhadores mas aos empregadores num mesmo inquérito pode permitir para além de captar padrões de relações laborais, cruzar a informação. Dentro de contextos de MTR diversificados parece crucial considerar nos inquéritos que as modalidades de pagamento não são homogéneas mas variadas entre trabalhadores e empregadores. Por exemplo as formas de remuneração não são apenas mensais, podendo ser também pagas por dia, por semana, por hora e por tarefa. Isto depende do tipo de actividade, pressão para recrutamento extra de força de trabalho em períodos de pico, entre outros factores. Seria igualmente interessante ter informação sobre a associação dos trabalhadores a sindicatos, o tipo de sindicatos, participação dos trabalhadores em greves e respectivas causas, que podem ser interessantes fontes de informação sobre o poder de negociação colectivo.

Outra fragilidade é o nível de agregação das estimativas que limita a análise aprofundada dos dados a nível local assim como a comparação entre localidades

dentro da mesma província. O período de amostragem, não ignorando os esforços na recolha de dados, é outra deficiência que pode limitar a análise de tendência que ajude a observar dinâmicas de mudança ao longo do tempo, com excepção do caso do TIA (em interligação com o Censo Agro-Pecuário - CAP), que desde TIA 2002 tem sido colectado anualmente e o caso do recente INCAF que está a decorrer desde o segundo semestre de 2012 e pretende ter um ciclo trimestral. Entretanto, para além do IFTRAB que, por exemplo, foi apenas realizado em 2004/2005, os IOF em geral são recolhidos quinquenalmente e o Censo decenalmente. Isto é agravado ao considerar que em geral o acesso a esta informação é possível, geralmente, apenas depois de dois anos.

Adicionalmente, os inquéritos oficiais IFTRAB, IAF, IOF, Censo e TIA sofrem de algumas inconsistências conceptuais que comprometem a qualidade dos dados levando a negligência do trabalho assalariado rural. Por exemplo, o conceito de agregado familiar utilizado pode levar a *bias* nos dados de MTR colectados. Os inquéritos oficiais baseiam-se em um conceito residencial de AF (que considera como membros de AF todos aqueles que tem dormido ou comido com regularidade no tempo do inquérito) o que pode ignorar, por exemplo, potenciais membros activos contribuintes das despesas do agregado que não residem ou residem com intervalos irregulares no agregado residência. De igual modo, este conceito pode incluir membros do agregado como empregadas domésticas (que trabalham e residem nos agregados) e excluir trabalhadores assalariados em constante mobilidade. O conceito de AF é complexo todavia um conceito mais amplo que tem sido usado em substituição do conceito residencial convencional de AF em alguns inquéritos mais rigorosos em captar dinâmicas de MTR é um conceito económico de AF (que considera os indivíduos economicamente ligados como potenciais contribuintes e receptores de contribuições provenientes de trabalho assalariado que tem uma relação económica com o entrevistado (Oya, 2010a). Este conceito afigurar-se útil a tomar em conta na medida em que pode ajudar a captar informação sobre trabalhadores migrantes eventuais ou sazonais, assim como os ciclos de investimento do AF não captados pelo convencional conceito residencial. Por exemplo, o deslocamento de um estudante à uma província para formação que recebe rendimentos provenientes de trabalho assalariado. Outro exemplo, é a mobilidade de alguns membros do AF a procura de trabalho sazonal como sacha ou colheita nas explorações agrícolas que podem estar ausentes temporariamente e no regresso repartem os rendimentos com a família que, por vezes, são investidos em outras actividades (Massingarella, Nhate & Oya, 2005).

Um outro aspecto negligenciado em grande parte pelas inconsistências conceptuais discutidas é relativamente às remessas da migração (interna e externa) que muitas vezes são lançadas como transferências nas contas nacionais e estatísticas oficiais subestimando importantes rendimentos contributivos de trabalho assalariado. Por

exemplo, o TIA tende a reflectir uma imagem de que as principais fontes de renda dos AF rurais no país são as transferências seguidas de salários ainda que questões sobre fluxos de remessas sejam consideradas no inquérito. Esta imagem não é surpreendente à luz do conceito residencial de AF que pode levar a uma inadequada interpretação de fontes de rendimento provenientes de trabalho assalariado como remessas e registá-las como transferências. Ademais, o conceito de subemprego pode afectar os dados colectados. Por exemplo, a definição nacional ajustada da OIT¹⁷ considerada no IFTRAB 2004/2005 ao considerar o subemprego como englobando aqueles que trabalham geralmente menos de 40 horas (e em condições de aceitar trabalhar mais horas) na semana de referência (a semana anterior ao inquérito) é limitado e pode subestimar os dados. Isto é devido ao carácter irregular do trabalho assalariado rural eventual e sazonal desempenhado em formas diferenciadas ao longo do ano (CEA, 1979).

Finalmente, a análise de uma série de inquéritos oficiais (incluindo os mais recentes como o INCAF) convencionalmente usados como referência para análise de MTR em Moçambique revela problemas estruturais (conceptual e metodologicamente) nos questionários. A consideração de lacunas nas estatísticas oficiais e reestruturação dos seus moldes é crucial. Inquéritos mais completos, baseados em uma combinação de pesquisa quantitativa e qualitativa com questões consistentes com a realidade afiguram-se importantes para assegurar a qualidade dos dados. Ainda que os estudos de campo possam reforçar a investigação de MTR na análise de padrões reais, principalmente ao considerar as inconsistências que as estatísticas oficiais apresentam, o recurso as estatísticas oficiais é fundamental. Daqui, o desafio que emerge é como transformar a componente analítica e metodológica, de modo a assegurar uma consistência das estatísticas oficiais com a realidade da estrutura socioeconómica de Moçambique?

Quais as implicações da negligência sobre os MTR?

O método de análise implícito na explicação da realidade do sistema económico e das suas possíveis (ou aparentes) contradições é crucial para perceber o seu funcionamento de modo a analisá-lo coerentemente. A maneira como olhamos para a realidade das zonas rurais de Moçambique pode influenciar o entendimento sobre os MTR (incluindo a sua relevância ou negligência), a complexidade das suas dinâmicas, as opções e possíveis mudanças.

Os MTR são uma realidade prevalecente na Economia de Moçambique. Trata-se de uma realidade complexa e importante que tem sido ofuscada e que merece muito mais atenção na formulação de políticas públicas. À partida, como sugere o título deste artigo, pode parecer paradoxal que políticas públicas de redução da pobreza,

¹⁷ Organização Internacional do Trabalho.

desenvolvimento e, sobretudo, sobre emprego negligenciam os mercados de trabalho rurais. Mas, de facto, o método convencional de análise assente em uma abordagem dualista (que olha a economia rural como de subsistência e a força de trabalho, neste sistema considerado ‘tradicional’, como estando fora do mercado de trabalho) a que estão subjacentes os inquéritos das estatísticas oficiais sobre emprego, parece limitar a observação de padrões reais de emprego e de trabalho. Isto porque, ao considerar a literatura sobre o estudo da estrutura da economia e alguns estudos qualitativos sobre dinâmicas sócio-económicas nas zonas rurais, os MTR evidenciam-se relevantes pelas relações sociais, ligações estruturais, condições de reprodução social e de capital, de estabilidade e redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades no sistema económico, a que estão integrados. Assim, há uma inconsistência no método convencional de análise (dualista) em captar e explicar este aparente paradoxo. A negligência dos MTR pode implicar uma série de distorções na efectividade das políticas públicas formuladas e nas possíveis opções, dada a inconsistência que pode surgir entre algumas intenções de política e a realidade. Três dimensões com implicações para o entendimento e desafio da pobreza e possibilidades de acumulação e desenvolvimento nas áreas rurais e no sistema económico, como um todo, são colocados em reflexão.

Primeira dimensão, tratar a economia rural como se fosse o somatório de agentes separados (por exemplo, força de trabalho, emprego e sistema produtivo) e tratar padrões rurais isoladamente das dinâmicas mais gerais de produção, trabalho e acumulação, pode limitar o entendimento do sistema, dos seus problemas e bloqueios aos modos de vida dos agregados familiares (AF), limitando possíveis opções para resposta a estes problemas. A negligência do papel e importância que o trabalho assalariado desempenha na organização socio-económica dos modos de vida, de que é parte estrutural, manifestando-se de formas múltiplas e diferenciadas, parece ser uma limitação do método de análise convencional, em que se baseiam as políticas públicas. Assim, emerge uma questão: o que queremos atingir, porquê, onde e como, e quais as suas implicações num sistema integrado? Quão efectivas podem ser as políticas públicas em reduzir a pobreza e responder a problemas específicos de heterogéneos AF rurais ao subestimar estes padrões reais? Por exemplo, ao olhar para os AF rurais como um grupo homogéneo de camponeses, o objectivo de política pública explícito no PARP e no WDR 2013, focado no investimento da agricultura familiar (considerada tradicional e fora do mercado) para reduzir a pobreza, aumentando a produtividade do ‘pequeno’ camponês através do fornecimento de tecnologia, sem, contudo, ter qualquer ligação com dinâmicas reais produtivas e de acumulação, pode ser comprometido. A questão é aumentar a produtividade em que contexto produtivo, para que AF, como e para que fins considerando a inter-ligação e inter-dependência do campesinato, diferenciado, com o trabalho assalariado. O acesso a tecnologia é

uma parte integrante do processo produtivo então como tratá-lo isoladamente da estrutura produtiva rural e de acumulação prevalecente na economia de Moçambique? Qual é a interligação entre os recursos tecnológicos com, por exemplo, a escala da produção, mercados, necessidade de força de trabalho (negligenciado nas políticas públicas), infra-estruturas, finanças, entre outras capacidades e agentes e ligações estruturantes? Esta questão, aplica-se, igualmente, as intenções de política pública de impulsionar actividades de auto-emprego (em especial, na agricultura), quer através de facilidades de micro-crédito (normalmente de curta duração) ou atribuição de meios de produção, separadamente do modo de organização do trabalho e de vida dos AF em ligação com a estrutura produtiva. Estes objectivos de política podem ser condicionados na sua efectividade em gerar mudanças estruturais que reduzam as privações dos AF rurais, em especial os camponeses mais pobres, se não estiver em ligação com a estrutura organizacional e produtiva em que os AF se inserem e se desenvolvem, revelando-se o trabalho assalariado (que tem sido negligenciados), nas suas formas variadas, vital na estruturação da agricultura familiar e dos modos de vida. Por conseguinte, método analítico subjacente as intenções de política pode restringir o enfoque e os esforços da política pública. Por exemplo, num contexto de fortes inter-relações entre o trabalho assalariado e a agricultura familiar, assim como com outras formas de trabalho, remuneradas e não remuneradas, agrícolas e não agrícolas, a ignorância dos MTR pode ser limitante para o estabelecimento de vários grupos de agregados familiares.

Segunda dimensão, as intenções de política de que a agricultura reduz a pobreza sem uma explicação do ‘mecanismo de transmissão’, como se fosse um processo automático, parece entrar em contradição com a negligência do trabalho assalariado, neste quadro de análise. Por exemplo, o objectivo da ligação entre agricultura e redução de pobreza é considerado em dois ângulos tratados separadamente, nomeadamente (i) geração de emprego e (ii) produção de produtos alimentares básicos; e do mesmo modo é tratada, separadamente, a agricultura ‘familiar’ e a geração de emprego - por via de uma agricultura em grande escala, virada para a produção de produtos primários para exportação. Este facto entra em contradição com a interligação orgânica que se afigura necessária entre emprego e produção de produtos alimentares básicos para reduzir a pobreza. Entretanto, a ausência de explicação dos mecanismos de transmissão, que não afectam automaticamente o bem-estar dos AF (que envolve uma complexidade de padrões diferenciados na organização do trabalho e modos de vida) pode comprometer as intenções de política. Ademais, discute-se a produção de produtos primários para exportação que sendo assentes em plantações de monocultura, são intensivos em força de trabalho (principalmente, eventual), todavia nenhuma análise é feita ao trabalho assalariado rural agrícola, no quadro da análise convencional. Como é possível falar de plantações de monocultura, *contract*

farming, negligenciando os MTR, num contexto em que o trabalho assalariado é central na estrutura produtiva e de rentabilidade das empresas de monocultura ao mesmo tempo que a disponibilidade da força de trabalho, nos moldes actuais, é garantida pela inter-ligação entre o trabalho familiar e a agricultura familiar, que subsidia os baixos salários e precárias condições de trabalho nas agro-indústrias focadas nas plantações de monocultura em Moçambique?

Terceira dimensão, a homogeneidade, convencionalmente, atribuída ao campesinato, ao trabalhador assalariado e aos agregados familiares em geral, pode comprometer as intenções de política pública ligadas às possibilidades de acumulação e redução da pobreza. Na abordagem dominante, os agregados rurais são tratados como um grupo homogéneo, isolado e estático com reduzidas desigualdades entre eles. Entretanto, o campesinato evidencia-se diferenciado (pobre, médio e rico) apresentando problemas específicos que requerem opções distintas. Assim, questiona-se quão efectivas serão políticas públicas homogéneas num contexto de agregados familiares rurais heterogéneos envolvidos numa multiplicidade de ocupações para sustento e seu estabelecimento? É questionável que, ao tratar os agregados rurais como homogéneos, se possa diminuir a estratificação e desigualdades socioeconómicas assim como a pobreza rural. Para cada estrato socioeconómico são necessárias opções consistentes com os problemas específicos de cada grupo.

Perante este panorama, a pobreza rural tem sido tratada de forma homogénea como resultado do atraso técnico da agricultura familiar considerada tradicional e menos produtiva (que se assume caracterizar a actividade ‘principal’ da maior parte da população rural, isoladamente de outras formas diversificadas de trabalho assalariado e não assalariado – que, conforme mostrou este artigo, são, de facto, indispensáveis ao sustento das famílias) e desarticulada do sistema social de acumulação. A forma como olhamos (para) e tratamos a realidade pode influenciar o seu entendimento e as possibilidades de analisá-la, coerentemente, e transformá-la. A transformação dos problemas socioeconómicos exige o entendimento da natureza estrutural da economia (que estrutura os mercados de trabalho e é estruturada por estes), seus padrões e expressões, suas causas, assim como a interligação de todos estes factores estruturantes do sistema integrado que caracteriza a economia de Moçambique. Não co-existem dois sectores distintos e separados entre si (tradicional e capitalista) como se pressupõe na análise dualista, mas sim um sistema orgânico integrado, com ligações, tensões, contradições e conflitos. Neste sistema, a base de rentabilidade do capital está assente na existência de várias formas de trabalho e sua subordinação (formal e informal) ao capital. Assim, como discutir pobreza, padrão de vida, distribuição, emprego decente e desenvolvimento em Moçambique sem olhar para a organização social das estruturas produtivas, dos mercados de trabalho, emprego e dos modos de vida, dentro das dinâmicas de acumulação prevalentes em Moçambique?

Referências

- Ali, R., Ossemane, R. & Massingue, N. (2009). *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística*. IDEIAS No.9. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Amsden, A. (2010). *Say's Law, Poverty Persistence, and Employment Neglect*, *Journal of Human Development and Capabilities*. 11 (1), 57–66.
- Bardasi, E., Beegle, K. & Dillon, A. (2010). *Do Labor Statistics Depend on How and to Whom the Questions Are Asked? Results from a Survey Experiment in Tanzania*. Washington DC: World Bank.
- Bowen, M. (2000). *The state against the peasantry: Rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*. Charlottesville and London: University of Virginia Press.
- Castel-Branco, C. (1983a). A integração dos assalariados com boa base na agricultura numa economia socialista planificada. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1983b). A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1984). Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1994). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (org). *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert.
- Castel-Branco, C. (1995). Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: Brazão Mazula (org). *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, Brazão Mazula. pp. 581-636.
- Castel-Branco, C. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE No.1. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Castel-Branco, C. (2012). A Questão e o Sistema de Políticas 'Múltiplas' (ou porquê é tão difícil decidir o que fazer com a agricultura?). In *III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional*. Conference Paper no. 43. 4 e 5 de Setembro de 2012. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. & Mandlate, O. (2012). Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique? In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., Massingue, N. & Ali, R. (2009). Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- CEA (1979). O desemprego e a sua ligação com o campo: um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito da Moamba. (II parte do relatório sobre desemprego no Maputo). Maputo: CEA. UEM
- CEA (1982a). Famílias Camponesas da Angónia no Processo de Socialização do Campo. Maputo: CEA. UEM
- CEA (1982b). Organizar os Trabalhadores das Machambas Estatais: O Caso do C.A.I.A. Maputo: CEA. UEM

- CEA (1982c). Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurùè-Socone, Alta Zambézia. Maputo: CEA. UEM
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008) *Rural Labour Markets in Sub-Saharan Africa: A New View of Poverty, Power and Policy*. Policy Brief No 1. London: CDPD.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. London and New York, Routledge Frontiers of Political Economy.
- Fosu, A., Mwabu, G. & Thorbecke, E. (2009). *Poverty in Africa: Analytical and Policy Perspectives*. Nairobi: University of Nairobi Press.
- GdM (2011). Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo: Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- Ibraimo, Y. (2013). Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- INE (2003). Inquérito aos Agregados Familiares – IAF-2002/3. Relatório Final. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas (INE).
- INE (2005). Trabalho de Inquérito Agrícola 2005. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2006). Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05). Relatório Final. Maputo: INE.
- INE (2008). Trabalho de Inquérito Agrícola 2008. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas (INE).
- INE (2009). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*, Maputo: INE
- INE (2011). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2008/9. Relatório Final. Maputo: INE
- INE (2013). Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares – INCAF-2012/3. Relatório do Primeiro Trimestre do Primeiro Ciclo Julho – Setembro de 2012. Maputo: INE.
- INE (2016). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15. Relatório Final. Maputo: INE.
- INE (vários). Diversos questionários de Inquéritos e Censos oficiais. Maputo: INE.
- Johnston, D. (2007). Who needs immigrant farm workers? A South African case study. *Journal of Agrarian Change*. 7 (4), 494–525.
- Jones, S. & Tarp, F. (2012). *Jobs and Welfare in Mozambique. Background paper for the World Development Report 2013*.
- Lachaud, J.-P. (1994). *The Labour Market in Africa. Research Series 102*. Geneva: ILO.
- Massingarella, C., Nhate, V. & Oya, C. (2005). Mercados Rurais de Emprego em Moçambique. Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia. Maputo: MPD.
- MITESS. (2016). Boletim Informativo do Mercado do Trabalho 2015/2016 – N° 1. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho. Moçambique.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Mega Projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.

- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. (3), 9-32.
- O'Laughlin, B. (1996) Through a divided glass: Dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 23 (4).
- O'Laughlin, B. (2001). Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 3 (28), 511-530.
- O'Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar Dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. & Wuyts, M. (2012). *The Agrarian question then and now*. In: *III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional*. 4 e 5 de Setembro de 2012 Maputo: IESE.
- Oya, C. (2010a). *Rural inequality, wage employment and labour market formation in Africa: Historical and micro-level evidence*. Geneva, ILO.
- Oya, C. (2010b). *Rural Labour Markets in Africa: The Unreported Source of Inequality and Poverty*. London: CDPD.
- Reardon, T. (1997). *Using evidence of household income diversification to inform study of the rural non-farm labour market in Africa*. 25 (5).
- Sender, J. & Oya, C. (2007) *Divorced, Separated, and Widowed Women Workers in Rural Mozambique*. Leiden: African Studies Centre (ASC).
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2007). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. In: *Inaugural Conference “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique*. Conference Paper no. 36. 2007. Maputo: IESE.
- Sender, J. & Smith, S. (1986). *The Development of Capitalism in Africa*. London and New York, Methuen.
- Standing, G., Sender, J. & Weeks, J. (1996). *Restructuring the Labour Market: The South African Challenge. An ILO Country Review*. Geneva: ILO.
- Tschirley, D. & Benfica, R. (2000). *Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What does the Evidence Tell Us?* Maputo, Ministry of Agriculture and Rural Development. Directorate of Economics.
- World Bank (2012). *World Development Report 2013: Jobs*. Washington DC: World Bank.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo: CEA. UEM.